COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

29.11.2016

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

29.11.2016

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Boa tarde a todos e a todas. Com a presença da deputada e nobre presidente da Comissão de Justiça dessa Casa, deputada Célia Leão; Roberto Massafera; Ana do Carmo, nossa vice-presidente; Luiz Turco; Chico Sardelli; (ininteligível) Roberto Tripoli na Presidência; Sebastião Santos; Celso Nascimento; nobre deputado André do Padro; e nosso sempre deputado Ricardo Montouro.

Havendo número legal, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da II Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Solicito, deputado Chico Sardelli...

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não? Eu não falei nada...

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Nada...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Leitura da Ata. Com a palavra, Célia Leão... Que pediu anterior a Vossa Excelência.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Era para a mesma coisa. Pedirmos a não leitura da Ata por ser de conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O requerimento da deputada Célia Leão é para que seja considerada lida a Ata do dia. Os deputados que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Ordem do Dia: temos que ouvir o secretário de Meio Ambiente, que está adentrando à Casa nesse momento. Antes, passarei para a inversão da pauta do item um, considerado o último item. Os deputados que concordarem permaneçam como se encontram. Item um é a presença do secretário. Estou transferindo para ser o último item da pauta para que possamos votar alguns requerimentos aqui.

Aprovada a inversão da pauta, nosso item um é o PL 636/2016, do deputado Paulo Correa Jr. Pela ordem, deputado Roberto Massafera.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Peço vista nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Esse projeto autoriza o Poder Executivo a usar medidas compensatórias para os municípios que utilizam água dessalinizada. A deputada relatora é a Célia Leão, que é favorável na forma de substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça. Vista cedida ao deputado Roberto Massafera. Orlando Bolçone presente, como sempre.

Item dois: Moção 68/2016, do deputado Feliciano Filho. Conclusiva, apela aos Srs. Presidente da República, Senado Federal, bem como os nobres parlamentares afim que não aprove o PLC - Projeto de Lei da Câmara 24/2016, Projeto de Lei 1767/2015 da Casa de origem, que tramita no Senado, por ferir a Constituição Federal. O deputado Roberto Massafera é favorável. Aberta a discussão, não vejo deputados e deputadas inscritas para debater o assunto. Encerrada a discussão. Votos. Deputados que concordarem com a aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa). Está aprovado.

Item três: requerimento da deputada Ana do Carmo e deputado Luiz Turco, solicitando que seja convidado o Sr. Orlando de Melo de Castro, coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta afim de prestar esclarecimentos sobre imóveis dos institutos de pesquisa que constam no Anexo II, do Projeto de Lei 328/2016, que autoriza a alienação de imóveis e dá outras providências. De autoria do Sr. governador, que tramita nessa Casa em regime de urgência.

Vista para Carlão Pignatari, Orlando Bolçone, Roberto Massafera, Célia Leão, Ana do Carmo, Luiz Turco e deputado Chico Sardelli. Aberta a discussão. Encerrada a discussão. Votos, deputados que concordarem permaneçam como se encontram... Pela ordem, deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Já foi feita a votação e infelizmente V. Exa. fez questionamento quando eu já tinha dado como aprovado. Pela ordem?

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Não entendi, o senhor colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu coloquei em votação. Eu abri a discussão, não há oradores inscritos... Encerrada a discussão, foi a votos. Deputados que concordarem permaneçam como estão, aprovados. Pela ordem, Orlando Bolçone?

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Eu pedi a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Tudo bem, podemos fazer então. Já que o Dr. Roberto insiste, vamos fazer a votação nominal. Como vota, deputada Célia Leão, a respeito do requerimento? Deputados, esse é o item três da pauta, requerimento da deputada Ana do Carmo e Luiz Turco.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Contra da deputada Célia Leão. Roberto Massafera, como vota?

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Contra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ana do Carmo, como vota?

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Quero votar a favor. Quero agradecer ao Presidente e dizer que espero a compreensão dos nobres pares, porque é um requerimento importante para essa Casa e Comissão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Deputado Luiz Turco, como vota?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Favorável.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Chico Sardelli, como vota?

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Contra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Sebastião Santos, como vota?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Contra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Celso Nascimento, como vota?

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Contra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - São quatro a três. Orlando Bolçone, como vota?

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Contra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor não precisa votar... Seis a dois. Eu voto com a deputada Ana do Carmo, seis a três. Está derrubado o requerimento do item três da pauta de hoje.

Próximo. Esse requerimento do deputado Celso Nascimento, na última reunião a presidência tirou da pauta e pediu vista por se tratar de um assunto polêmico, a respeito da exploração de parques estaduais, que temos o maior interesse em saber a respeito da exploração de publicidade. Quero, mais uma vez, elogiar o deputado Celso Nascimento,

porque todos os requerimentos apresentados por ele sempre têm fundamento e muito bem colocados.

Requerimento do deputado Celso Nascimento, solicitando informações... Lembrando aos senhores que são informações ao secretário estadual do Meio Ambiente, Dr. Ricardo Sales, a respeito da possibilidade do governo de São Paulo transferir a manutenção dos parques urbanos estaduais da capital para a iniciativa privada, em troca de propaganda. Além da exploração de alguns serviços de acordo com o plano divulgado, a expectativa é arrecada de dez a 30 milhões de reais por ano com patrocínios das marcas para manutenção e reforma dos parques Villa-Lobos, Juventus, Horto Florestal, Água Branca, Candido Portinari, do Belém, Guarapiranga, zoológico, Instituto Botânica... A vista foi tida por mim.

É informação de que o deputado precisa para elaborar seu trabalho nessa Casa. Aberta a discussão, não há deputados inscritos para debater o assunto. Encerro a discussão. A votos. Deputados que concordarem com a aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa). Está aprovado.

Item cinco: requerimento também do deputado Celso Nascimento, solicitando que seja encaminhado ao comandante do policiamento ambiental do Estado pedido de informações a respeito de providências tomadas para a apuração das mortes a tiros de onças pardas, monitoradas por GPS do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade da região de Campinas, onde, segundo relatos de ambientalistas, desde que o Ibama autorizou a caça, os caçadores passaram a sentirem-se mais à vontade a praticarem crimes contra a fauna.

Aberta a discussão, não há deputados inscritos para debater o tema. Encerrada a discussão. Votos. Deputados que concordarem com a aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa). Está aprovado.

Antes da sequência, eu gostaria, a pedido de vários e também a sensibilidade dessa Presidência... Pediria que alguém próximo encostasse a porta, porque vou pedir um minuto de silêncio pelas mortes que ocorreram hoje. Várias pessoas vieram a falecer em um momento tão trágico como esse do avião. Um minuto de silêncio a partir desse momento. Retomando nossos trabalhos com muita tristeza no dia de hoje.

Gostaria de convidar o Sr. secretário de Meio Ambiente, Ricardo Salles, para que tome assento ao meu lado direito. Conforme o Art. 52 A da Constituição Estadual, o secretário tem que vir à Assembleia na Comissão Temática para expor o trabalho que tem desenvolvido na secretaria, suas propostas e projetos. É minha primeira vez

presidindo uma reunião em relação ao Art. 52, então recebo sugestões dos Srs. Deputados. A princípio o secretário terá um tempo determinado para fazer sua apresentação, em seguida abriremos para os deputados.

Alguma sugestão? Deputada Célia Leão, mais experiente na Casa? Por ser a primeira vez que presido uma reunião em cima do Art. 52...

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Obrigada presidente, por isso V. Exa. é grande, porque a grandeza de um homem está em sua simplicidade. Vossa Excelência que já presidiu a Câmara e tem um conhecimento tanto de DNA na família, quanto de experiência no Parlamento, faz um gesto absolutamente cordial aos colegas da Casa, ao convidado, Dr. Ricardo Sales, nosso secretário, e as assessorias aqui presentes.

Eu penso que fica de bom tamanho, como sempre fazemos nas Comissões em geral, que o convidado faça sua explanação em um determinado tempo, e depois os deputados têm seu tempo para tirar dúvidas e fazer sugestõe, para participar dessa reunião. Portanto, V. Exa. não seria diferente, encaminhou de forma absolutamente correta e de acordo não só com as normas, mas com a vontade dessa Comissão, pensando em nome dos nossos deputados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Conforme encaminhamento, agradeço as palavras da deputada Célia Leão. Vamos encaminhar da seguinte forma: o Sr. secretário terá 15 minutos para fazer sua apresentação e, a partir daí, abro a palavra aos deputados para questionamentos, se assim tiverem. Gostaríamos que essa reunião fosse até às 15 horas, porque tem reunião do Colégio de Líderes.

Vou adiantando e já passo a palavra. Boa tarde, Sr. secretário Ricardo Sales. Seja muito bem-vindo à Assembleia Legislativa do Estado, sempre muito gentil acompanhando sempre que convidado. É um prazer em revê-lo, tenha a palavra.

O SR. RICARDO SALES – Obrigado, Sr. Presidente. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, uma boa tarde. Como disse bem o presidente Tripoli, um convite muito bem aceito por nós. É uma alegria estar aqui entre os senhores e senhoras para discutir e apresentar as atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Em primeiro lugar vou fazer uma breve apresentação sobre as atividades inclusas em nosso segundo semestre de 2016, por duas razões. Primeiro, uma questão

regimental, que é a convocação para as atividades desse semestre, e segundo porque diz respeito ao período em que tomei a frente das atividades na secretaria.

Nós temos tentado, com a ajuda dos Srs. Deputados, imprimir aqui uma gestão com foco na eficiência, transparência e celeridade. Tenho repetido uma frase que me parece adequada: “um bom cemitério para as boas ideias é a má gestão”. Portanto, o que temos tentado fazer é, dentro de nossas limitações e possibilidades, imprimir uma boa gestão frente à secretaria. Recebendo pleitos da sociedade...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Secretário, me permita... Eu gostaria de convidar à frente também o Sr. Presidente da Assembleia, que está entre nós, deputado Fernando Capez. Desculpe interferir, mas é uma das autoridades do Parlamento. Não poderia deixar de anunciar a presença e convidar para fazer parte da Mesa.

* * *

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

29.11.2016

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pois não, secretário... Perdão pela interferência.

O SR. RICARDO SALES - Imagina. Meus cumprimentos ao Sr. Presidente Fernando Capez. Retomando: nossa ideia é acolher e receber da forma mais eficiente possível os pleitos que nos são encaminhados pela sociedade e, principalmente, através dos Srs. Deputados.

Muitos dos presentes aqui já estiveram conosco na secretaria por mais de uma oportunidade, e eu quero crer que o encaminhamento tenha sido, se não resultado em solução, pelo menos um encaminhamento eficiente. Essa é uma obrigação nossa na secretaria, não é uma faculdade ao secretário e nem aos membros do Sistema Ambiental Paulista: é uma obrigação nossa atender aos deputados e demandas da sociedade da forma mais eficiente possível.

O que temos lá como meta? Primeiro, uma simplificação dos procedimentos. Os procedimentos de meio ambiente são regados de normas federais, estaduais e algumas municipais, mas aquelas que têm interligação com a Secretaria de Estado, ainda que sejam municipais ou federais, temos tentado harmonizar.

Exemplo disso foi o trabalho muito nobre feito em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e a Frente de Pesca, na questão da aquicultura, que as senhoras e senhores puderam participar ajudando o Estado, o Executivo, participando e dividindo as divisões e trabalhos com o Legislativo. Disso se resultou uma norma entendida por todos como algo mais bem estruturado e tendente a propiciar desenvolvimento e geração de empregos com a preservação indiscutível e inegociável da sustentabilidade.

Muito bem, o que mais temos feito do ponto de vista principiológico na secretaria, além da simplificação de ouvir a sociedade, é a integração dos diversos órgãos que compõem o Sistema Ambiental Paulista, notadamente a Fundação Florestal, Instituto Florestal, a Cetesb e as próprias coordenadorias que integram o gabinete do secretário. Isso tem feito com que as respostas à sociedade, Assembleia e o próprio governo do

estado tenham sido respostas em período de tempos mais curtas, e em algum grau mais eficientes.

Com relação às pautas da secretaria, eu queria iniciar pela principal atividade que hoje o governo do estado atribui à Secretaria do Meio Ambiente, que é a implementação do projeto de nascentes, algo de extrema importância em razão da segurança hídrica que todas as senhoras e senhores conhecem. Nós temos apoiado, e sempre que possível incentivado, inclusive financeiramente, através de vários programas da secretaria o Programa Nascentes, já com uma evolução bastante grande. Esperamos que em 2017, em razão de uma série de restruturações normativas e de funcionamento interno da secretaria possamos acelerar o volume de áreas plantadas sob a rubrica do Programa Nascentes.

O Programa Nascentes, como todos conhecem, tem aquela vinculação com a segurança hídrica no estado para além da obrigação de cumprimentos das determinações do Código Florestal. Um resultado parcial do Programa Nascentes é de 1245 hectares, dois milhões de mudas, o equivalente a 1743 campos de futebol. Os plantios em andamento iniciados a partir de julho de 2016 são de 161 hectares, previstos até janeiro mais 610 em gestação.

O Programa Nascentes está distribuído territorialmente de acordo com o mapa acima que os senhores têm acesso. É interessante notar a parceria que a secretaria desenvolve com a Secretaria de Administração Penitenciária, em razão da produção das mudas serem feitas em unidades da SAAP. A lista que está no quadro mostra bem da onde vem as 250 mil mudas já utilizadas nesse programa.

Nós temos aqui uma outra demanda que nos foi encaminhada, está aqui o deputado Massafera que foi um dos portadores dessa discussão do refis ambiental, que é a questão das multas ambientais. Para quem não conhece bem, temos duas fontes de multas no Sistema Ambiental Paulista. As multas lavradas pela Polícia Ambiental são objeto de revisão pela CFA - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, e as multas são aplicadas pela Cetesb. Tanto a Cetesb quanto a Polícia Ambiental têm uma parcela dessas multas que já foram objeto de inscrição na dívida ativa, portanto estão sendo cobradas pela PGE.

Há uma outra tranche de multas, que são as multas lavradas por Cetesb e Polícia Militar Ambiental, que ainda não foram inscritas na dívida ativa. Estão tramitando em área administrativa, e sobre essas que nós idealizamos em discussão com o governador, uma espécie de refiz ambiental. Há pleitos de toda a sorte, empresas que não querem

pagar e não têm condições financeiras, empresas que não querem alongar a discussão administrativa, em que pese e entendam que tenham razão, mas não querem postergar o processo de análise e decisão, enfim... Há uma série de razões que incentivam as empresas e seus representantes a nos procurarem no sentido de elaborar um refiz.

Quanto há de multa na sede administrativa? Aproximadamente R$ 200 milhões. Qual é nossa ideia? Obviamente que nem todos vão aderir, mas se tivermos uma adesão de pelo menos 50% falamos de R$ 100 milhões em multas. Repito, origem Cetesb e Polícia Militar Ambiental. A ideia é que nós consigamos aprovar um desconto, com atualizados os valores aplicados às multas e juros, de 50% para pagamento à vista em seis meses. Quando digo à vista é num prazo de seis meses aprovado o desconto.

Quer dizer, se tivermos R$ 100 milhões de adesão com 50% de desconto falamos em uma locação de R$ 50 milhões para o Sistema Ambiental Paulista. Mas para quê? Nossa ideia é usar integralmente o recurso auferido com o desconto da multa na execução e aceleração com maior intensidade do projeto do Programa Nascentes. Não é uma medida arrecadatória, mas de incentivo à reconstituição da mata junto às nascentes e cursos d'água, sob a rege do Programa Nascentes.

Para tanto, aqui uma lista de medidas que devem ser feitas, dentre elas duas resoluções de alteração da secretaria, e há também a talvez necessidade de adequação de um decreto do Sr. governador do Estado. Há outra ideia que partiu do deputado Milton Leite Filho, que foi a locação desses recursos para a reconstituição do entorno da Billings e Guarapiranga, e nós utilizaríamos para tanto, áreas que já foram mapeadas e tiveram sua titularidade investigada pelo ITESP. A ideia talvez seja a criação de uma unidade de conservação específica no entorno da Billings e Guarapiranga, como forma de manutenção daquele manancial.

Um outro aspecto que cumpre salientar é a intensificação nesse semestre das atividades de fiscalização ambiental. Nós trouxemos aqui as principais, ou pelo menos aquelas que tiveram uma repercussão na mídia, a operação com as madeireiras aqui na cidade de São Paulo, os dados de quantos foram alagados, não vou repetir, estão no quadro...

Mas foi uma operação importante no sentido de que o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia se faz também, e de forma muito contundente, no mercado consumidor. O estado de São Paulo é o maior consumidor de madeira do País, portanto a madeira clandestina trazida notadamente da região da Amazônia, na forma de coibir

aquele desmatamento ilegal é impedir que essa madeira tenha sua distribuição aqui em nosso mercado.

Outra atividade que pretendemos intensificar no próximo semestre e foi feito nesse é a ocupação das áreas ilegais. Ocupações em APP, mananciais... Está aqui o exemplo da área de São Sebastião, que foi objeto de uma intensa fiscalização da Polícia Militar Ambiental. Não está relatado aqui, mas fizemos a mesma atividade ao lado do Parque Guarapiranga, na represa, inclusive com demolição de casas que estavam aterradas sobre a área de mananciais.

A situação na capital e região metropolitana, notadamente na Billings e Guarapiranga é muito preocupante, principalmente por omissão da fiscalização municipal. Nós precisamos contar nesse sentido com uma maior consideração do poder público estadual, da Polícia Militar Ambiental com a fiscalização municipal, sob pena de ficarmos enxugando gelo a cada uma ou duas fiscalizações que fazemos. Entre o interregno de uma e outra uma série de ocupações ilegais surgem nesses locais, na beira do Parque Cantareira, na Billings e Guarapiranga, enfim, uma série de outras áreas aqui na região metropolitana.

Aqui está destacada a Operação Iguape, no qual fui pessoalmente, uma área de cerca de 70 hectares suprimidos ilegalmente para serem convertidos em área de plantação de arroz, uma área de florestas de médio e grande intensidade de recuperação. Eu estava lá pessoalmente, foi uma área muito impactante. A Operação Caipora, que é a verificação dos documentos e termos de compromisso de recuperação ambiental; a Operação Inverno, que foi uma operação que começamos com o opacímetro, aquele aparelho de medida da fumaça preta na boca dos caminhões e ônibus, os veículos à diesel.

E essa operação do opacímetro se desdobrou mais recentemente, nesse último mês e ainda em andamento no ARLA 32. Para quem não sabe, o ARLA 32 é um aditivo que a partir de 2012 passou a ser obrigatório a se misturar através de um tanque em separado, dentro dos ônibus e caminhões a diesel, e o que há é uma certa falsificação do produto ou adulteração do ARLA 32 diluído em água e outras formas de alteração, que fazem com que o sistema perca sua eficácia e, portanto, haja maior emissão de poluentes, principalmente aqui na região metropolitana, onde há uma grande concentração de caminhões vindos do Brasil inteiro.

Sr. Presidente, iniciamos nesse mês a fiscalização do ARLA 32 e a ideia é que tanto ela, quanto o opacímetro sejam intensificadas para ser uma efetiva medida de

melhoria da qualidade do ar. Um tema que tem sido muito debatido, inclusive por força do relatório que o Tribunal de Contas do Estado emitiu agora em setembro, relatório esse que tive a oportunidade de discutir internamente com a Cetesb, e ontem com o Sr. presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Dimas Ramalho.

Foi muito importante a divulgação desse relatório do Tribunal de Contas, porque nos permitiu agregar dados que já estavam sendo trabalhados e refinados pela Cetesb e pela área do Dr. Arundo. Fizemos uma confrontação dos dados levantados pelo TSE com aqueles que já dispúnhamos. O Tribunal de Contas analisou 163 municípios, dos quais dez levantados pelo TSE coincidiam com dez municípios que o IQR - Índice de Qualidade estava abaixo do adequado, que é a nota 7.0.

Nesses dez, a prioridade é de absoluta atuação. Nós tínhamos outros 37 que não foram objeto de análise do Tribunal de Contas, mas que já estavam em andamento em nossas atividades. É importante notar que de julho para cá, em razão desse trabalho prévio, trabalho iniciado antecedente à própria divulgação do relatório do Tribunal de Contas, nós reduzimos as áreas de lixão de 91 para 47.

Então, temos visto uma necessidade muito grande de fiscalizar, ajudar os municípios a acharem uma solução. Uma das grandes possibilidades é incentivar soluções regionais por meio de consórcios, para que haja escala e recursos financeiros. Não adianta criarmos uma solução que só para de pé em laboratórios, os municípios têm problemas sérios de recursos, e nós no estado também.

É importante, mais uma vez, gestão e criatividade para achar soluções que sejam ambientalmente corretas, e que fiquem de pé sob o ponto de vista econômico e financeiro. Nossa meta é chegar ao final de 2017 com zero lixões e aterros classificados como inadequados no estado de São Paulo. Se continuarmos nesse ritmo acredito que seja possível.

Como já mencionei aqui o decreto da aquicultura, e mais uma vez uma palavra de agradecimento a essa Casa, aos Srs. Deputados da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo deputado Tripoli e aos deputados que nos ajudaram nesse assunto da pesca. Vejo aqui o Sebastião Santos e outros que ajudaram a achar uma solução de consenso ouvindo a sociedade. Com isso produzimos uma norma que atendia 99.9% dos anseios. Obviamente que sobraram temas que queremos melhorar, me recordo a questão dos ornamentais que o deputado encaminhou, e que combinamos que seria tratada naquela lista anexa, cuja revisão e periodicidade facilitam esse trabalho de atualização.

Unidades de conservação. Sexta-feira estivemos em Mogi com o prefeito Bertaiolli em mais um evento de apoio às RPPN. Nós entendemos que as RPPN são a melhor opção hoje para unidades de conservação, porque as unidades de conservação instituídas pelo Estado deveriam ser exceção, primeira pela complexidade de sua administração, segundo pelo seu custo e terceiro pela inadequação dos modelos homogêneos para um estado tão heterogêneo como o nosso. As RPPN são uma solução interessante e inteligentes, o privado institui, como os senhores sabem bem a RPPN sobre sua área e a nós Estado caberia facilitar esse processo, simplificar e eventualmente apoiar financeiramente, quer seja pelo pagamento de serviços ambientais, e também na destinação de remuneração por área. Essa ainda é uma questão que ainda estamos verificando se é possível, utilizar esse recurso do GEF, que é recurso de fora. É uma verba privada vinda de setores do exterior.

Com relação às RPPN é importante lembrar que o ITR, quando a RPPN é rural, fica isento, mas o IPTU quando o RPPN é em área urbana depende de lei municipal. Então em Mogi, na sexta-feira o prefeito e a secretaria encaminharam em conjunto para a Câmara dos Vereadores um projeto isentando as RPPN urbanas do pagamento de IPTU. É um importante incentivo ao proprietário, e entendemos que isso é algo que nós Estado podemos ajudar a colocar de pé.

A gestão das unidades de conservação, como os senhores sabem bem, depende dos planos de manejo. Nós centralizamos agora, através da CPLA no gabinete um projeto de simplificação e otimização dos recursos para a consecução dos planos de manejo. Em nosso entendimento os planos de manejo estavam custando recursos demais e demorando tempo demais com baixa eficácia. Informações e dados constantes do plano de manejo absolutamente desnecessários e aquilo que era efetivamente objeto do plano de manejo vinha, em nosso entendimento, de uma forma aquém do necessário.

Foi uma reformulação para tornar mais eficiente a elaboração e publicação desses planos de manejo, e nós entendemos que a partir de janeiro poderemos fazer, com menos custo, tanto financeiro, quanto do emprego de esforços uma elaboração de mais planos de manejo de forma mais objetiva e eficiente por parte da secretaria.

Um outro aspecto importante é a transferência das unidades de Polícia Militar Ambiental, onde tivermos postos da Polícia Militar Ambiental em proximidade de unidades de conservação. A ideia é haver uma coincidência e transferir essas unidades para dentro das unidades de conservação, de tal forma que a própria presença da PM nas unidades de conservação sejam um fator de preservação. Por fim, as diárias especiais

que já têm no policiamento urbano. Nossa ideia é fazer (ininteligível) com a Polícia Militar Ambiental também de forma a intensificar a fiscalização e monitoramento das unidades de conservação pelo estado.

Concessões e painel florestal. Aqui é importante, faz parte e acho que foi objeto do requerimento do deputado Celso a questão das concessões das áreas patrocinadas, então tratarei o tema de forma conjunta. Como os Srs. Deputados aprovaram, a Lei de Concessões do Estado... Já temos aqui quatro áreas entendidas como prioritárias, quer seja por sua conformação jurídica ou a dinâmica administrativa, isso foi estabelecido em parceria com a secretaria de governo; Campos do Jordão, Cantareira, Horto Florestal e o Pico Jaraguá.

Uma discussão mais avançada feita na secretaria para ampliar a possibilidade de concessão de outras áreas em unidade de conservação, e também concessões e alienações de unidades do Instituto Florestal. O Instituto Florestal tem 46 mil hectares de áreas no estado de São Paulo, áreas que quando da criação do instituto eram áreas para desenvolvimento de pinos, eucaliptos e pesquisa. Passados os 40/50 anos do transcurso dessa ideia, hoje temos a indústria de silvicultura mais avançada do país, quiçá uma das mais avançadas do mundo.

Não tem sentido o Estado ficar com o ônus de produzir madeira, se o setor privado faz isso de forma muito mais eficiente e menos custosa, quer seja para o meio ambiente ou para o orçamento. Nossa ideia é que as áreas que tiverem aptidão de serem arrendadas pelo setor privado, e com isso aumentar a produtividade, pesquisa e desenvolvimento faremos, por meio de arrendamento. Aquelas que não tiverem vocação para continuar com atividade de produção de madeira, tanto na forma de pino, eucalipto ou sementes a ideia é alienar.

Tem áreas pequenas junto a centros urbanos que podem virar várias outras iniciativas de escolas a loteamentos, a eventualmente produção industrial, coisas que atendem ao interesse das regiões que os senhores conhecem muito melhor do que nós. Se estiverem de acordo quando esse assunto vier à apreciação da Assembleia, e nós conseguirmos chegar a um texto que seja de consenso nós poderíamos encaminhar mais áreas de unidades de conservação para a concessão, exploração de eco turismo para o setor privado, e unidades do Instituto Florestal para a concessão e eventual alienação para o setor privado.

O Jardim Zoológico e Jardim Botânico, como os senhores sabem bem, vão muito bem. O Jardim Zoológico é um sucesso, nossa ideia era fazer também para a área do

Jardim Botânico e do zoológico essa abertura para o setor privado participar, apresentar marcas mediante pagamento de valores para o Estado. Por que isso? E já abordando a parte dos parques. Primeiro porque o setor público tem muito mais dificuldades, é muito mais lento e com muito mais rigidez em suas contratações do que o setor privado e por isso todas as atividades que nós quisermos fazer, tanto no zoológico, Jardim Botânico ou parques urbanos poderão ser feitas de maneira mais rápida e eficiente se tivermos a parceria com o setor privado através de permissões.

Segundo, temos um problema de orçamento. Os senhores também sabem da queda de arrecadação no Estado, então temos problemas concretos de arrecadação e despesas nos parques urbanos, no Jardim Zoológico e no Botânico. Uma forma de equilibrar o orçamento sem onerar o contribuinte através de impostos é permitir que o setor privado, dadas as orientações, os respectivos conselhos e também a visão que a secretaria tem da necessidade de manter a harmonia dos parques, a questão do verde e tudo mais, fazer com que convivam espaço público e setor privado em benefício dos usuários dos parques e dessas áreas.

A ideia aqui não é privatizar parque, mas pelo contrário, manter uma administração pública eficiente com serviços de boa qualidade, com equipamentos bem conservados, com serviços de segurança, vigilância e limpeza adequados. Nesse momento de desafio orçamentário essa saída de parceria com o setor público é fundamental, senão a única saída que temos.

Uma outra iniciativa, ainda nos parques urbanos, acho que cheguei a comentar esse assunto com a deputada Célia quando estivemos juntos da última vez é que fizemos uma parceria, a Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Trabalho para a locação de presos em regime semiaberto para trabalharem na área de limpeza, manutenção, podas de árvores, enfim, uma série de atividades de aprendizados nos parques urbanos. Atividades que fazem redução de pena, que reeduca, ocupa o dia-dia dos presos.

O passo seguinte é criar uma cooperativa de egressos do sistema que tenham passado por esse programa de reeducação nos parques, ou seja, gente que foi treinada enquanto cumpria pena alternativa ou regime semiaberto, é ter uma cooperativa que possa contratá-los depois de exaurida a pena, uma forma de evitar que eles voltem para a criminalidade. Aqui os parques que estão sendo objeto desse trabalho, e com isso eventualmente a cooperativa passa a trabalhar nos parques.

Para encerrar, as questões de gestão, o Papel Zero. Fizemos uma licitação que terminou ontem, o sistema de digitalização e informatização de todo o procedimento de licenciamento, estudo de impacto ambiental, enfim... Todas as etapas de processos da Cetesb a partir do primeiro semestre do ano que vem serão eletrônicos. Acabará esse monte de papel, esse vai e vem de processo, parecer, sai da agência regional e vem para a capital... É um desafio que todos enfrentam, cada um dos senhores têm contato com os prefeitos e vereadores, as pessoas que pelo estado enfrentam essa dificuldade de licenciamento e estudo de impacto, ou qualquer outro serviço pela Cetesb. Nós sabemos da dificuldade, está aqui o Eduardo Prado, que esteve lá comigo recentemente em um assunto da região de Guararema.

É sempre esse problema de burocracia, agências versus parte central na capital, dificuldade de andamento, prazos e tudo mais. Então entendemos que um investimento no Papel Zero é um grande avanço e será feito já.

O PRA, aqui uma palavra em homenagem à Assembleia Legislativa por ter aprovado o PRA, e a minha decepção, para não dizer insatisfação em ter essa importante medida do PRA obstada por força de decisão judicial. Perde o meio ambiente, perde a agricultura, perde o Estado de São Paulo e perdem todos com essa indefinição sobre o PRA. No fundo, o que acontece com esse PRA é que estamos impedindo a recuperação ambiental de avançar. Na ausência de segurança jurídica o que acaba acontecendo é uma inação do setor privado, dos produtores, enfim, daqueles que poderiam iniciar sua compensação ambiental. Como o arcabouço jurídico não está claro e seguro, acaba gerando uma inação.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural - CAR é importante lembrar que 87% das áreas cadastráveis ou 95% das propriedades do estado de São Paulo já se cadastraram, isso é uma atividade que os senhores e senhoras sabem que é junto com a Secretaria de Agricultura. O estado de São Paulo é o mais avançado estado em termos de cadastramento, e é justamente a frustração desses que aderiram, desses 95% que tem se dado em razão dessa indesejada paralisação do PRA por força de decisão do Tribunal de Justiça.

O alto de infração eletrônico... A partir de janeiro a Polícia Militar Ambiental atuando com aqueles tabletes, para maior precisão. Senhor presidente, estamos inclusive alterando o regramento para permitir que a própria autoridade, o superior da Polícia Militar tenha a capacidade de fazer a revisão dos autos de infração, porque há um percentual não desprezível que é preenchido de forma equivocada. Não havendo essa

possibilidade o auto tem que avançar com custos para o erário, custos para o contribuinte e perda de tempo tem que avançar até a fase de conciliação, para só então detectar sua fragilidade.

Ao permitir que o imediato superior faça a revisão de ofício nós facilitamos e racionalizando o sistema, de tal sorte que chegue à CFA o atendimento somente aquelas situações que impõem uma maior atenção da autoridade administrativa. Município Verde Azul, um convite para que as senhoras e senhoras compareçam a mais essa oportunidade do Município Verde Azul, será dia 8 de dezembro. Esse ano convidei e tive a felicidade de ver aceito o convite pelos Srs. secretários de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos e de Agricultura.

Na minha visão e da secretaria não fazia sentido criar um evento de meio ambiente para municípios com vários critérios e questões ligadas a agricultura, água, limpeza e resíduos sólidos sem estar em parceria com as outras duas secretarias, a de Saneamento e Recursos Hídricos e de Agricultura, portanto a atividade do Município Verde Azul esse ano será conjunta das três secretarias, no qual inclusive vamos apresentar duas ferramentas importantes.

Uma é o monitoramento e mapeamento de todas as APPs de curso hídrico no estado de São Paulo, município por município. Os prefeitos vão receber um kit de qual é o estado de APP hídrica do seu município, onde tem déficit, onde está bem coberto... Enfim, é um mapa específico município por município. Essa questão das recuperações das APPs hídricas passará a ser um critério de pontuação no próximo ano no Município Verde Azul.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Me permita, secretário. É que temos reunião de líderes e aqui na Mesa têm vários. Se o senhor puder completar, porque os deputados gostariam de fazer uso da palavra.

O SR. RICARDO SALES - Um foi a ferramenta de Cerrados, uma palavra sobre o GERCO, que é o Gerenciamento Costeiro do litoral Norte, que está em sua fase final de revisão, o zoneamento ecológico econômico, que permitirá um planejamento multidisciplinar no estado de São Paulo, com recursos de financiamento estrangeiro. Nós temos aqui o Programa Estadual de Prevenção de Riscos Geológicos, feito junto com o IG e, por fim, nossa previsão orçamentária, que os senhores também têm visto em outras secretarias.

Temos muitas restrições para o próximo ano, mas espero que com uma gestão eficiente, cuidado absoluto nas despesas e alguma atividade em atrair o setor privado para ser nosso parceiro possamos manter esse orçamento suficiente para o atendimento em todas as demandas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É a primeira vez que vejo um secretário falar que o orçamento está tudo bem e que está contente, e que não precisa da Assembleia para dinheiro. É isso? Não precisará de recursos.

O SR. RICARDO SALES - Oportunamente não.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ia até oferecer emendas, porque aqui vários deputados teriam como colaborar, mas que bom que o Meio Ambiente está servido dessa forma. A palavra está com os Srs. Deputados. Com a palavra o deputado Turco.

O SR. LUIZ TURCO - PT – Sr. Presidente, cumprimentar também os deputados e deputadas, nosso secretário Ricardo. Quero fazer algumas questões. Sobre a concessão de unidades de conservação e áreas florestadas para iniciativa privada. É uma questão quê... A Lei 16.620, de 29 de junho de 2016 autoriza a Fazenda do Estado das concessões deve ser regulamentada no prazo de 180 dias, ou seja, ainda no mês de dezembro.

Nesse caso a regulamentação tem importância quase similar à própria lei. Queria saber se a Secretaria do Meio Ambiente já tem o anti projeto do decreto, e se cogita abrir o debate com a sociedade por meio de uma audiência pública? Essa é uma questão.

Diversas entidades ambientalistas, Defensoria Pública, Ministério Público já realizaram uma reunião no Vale do Ribeira, na cidade de Registro para debater o impacto da lei sobre as populações tradicionais, entre as indígenas, quilombolas, caiçaras e pessoas interessadas no tema. Houve o registro de aproximadamente 260 participantes. A Secretaria do Meio Ambiente e a Fundação Florestal, apesar de convidados, não se fizeram representados. Existe uma grande preocupação entre as populações tradicionais de serem prejudicadas em suas atividades econômicas com a entrada de empresas privadas. A questão é: há disposição da secretaria em dialogar com essas populações, e garantir a manutenção de suas atividades?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu faria encaminhamento, porque as perguntas do deputado são em relação àqueles projetos apresentados aqui sobre os parques. Acredito que outros deputados também gostariam de se pronunciar a respeito dos parques, porque fazemos uma relação e o secretário não quebra o raciocínio dele. Deputado Celso Nascimento. Me permite esse encaminhamento, deputado Turco? Ele fala só em cima... Pois não, deputado.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC – Sr. secretário, quero parabeniza-lo pelas explanações, principalmente vendo que a Secretaria do Meio Ambiente está tendo uma visão de futuro. Acho que isso é muito importante. Em relação aos parques urbanos e estaduais da capital para a iniciativa privada, principalmente a questão da troca de propagandas e a exploração de alguns serviços, quais os tipos de serviços seriam explorados pela iniciativa privada? É uma das coisas que estamos preocupados para sabermos como isso vai acontecer.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. De forma muito breve, por causa da reunião de líderes que V. Exa. acabou de falar, e o secretário está aqui para aproveitar desse momento conosco, para que ele possa nos esclarecer dúvidas que tenhamos. Eu queria só corroborar e dizer que não está sobrando dinheiro na secretaria não, quando a gestão é bem-feita certamente o dinheiro acaba sendo...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vossa Excelência está parabenizando a ex-secretária, é isso?

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Não, o que está entrando agora.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ele acabou de assumir.

A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB - Mas ele começa cuidando e já pensando no futuro, sabendo como vai fazer. Eu não tenho a menor dúvida, conheço o Dr. Ricardo Sales e penso que, com respeito a todos os secretários, não poderia ter melhor na Secretaria de Meio Ambiente, e com todos que tenho respeito, até com o Bruno Covas

que foi nosso secretário e hoje vice-prefeito. O Dr. Ricardo sabe disso, conversamos longamente e sei as ideias que ele tem.

Com relação aos parques, de fazer uma avaliação muito rápida do que significa essa mudança que o governo fez com os parques junto com a iniciativa privada na prática, com o que seria ou teria como resultado os parques como eram, porque na hora de fazer essa mudança nós aqui na Casa e fora dela também, com alguns movimentos tivemos algumas dificuldades, absolutamente naturais, eu entendo as posições e as respeito também, democracia é exatamente situação e oposição. Mas também tenho como o senhor a visão de que a iniciativa privada tem muito a colaborar, e tem obrigação, além de tudo. Certamente tem o direito de não ter nenhum prejuízo e ter ganhos com isso, desde que faça a lição de casa.

Então eu queria uma avaliação muito rápida do senhor na hora da fala dos parques, de como o senhor vê esse novo momento com os parques no estado de São Paulo, sendo o estado mais importante do Brasil, respeitando os demais estados e o DF, e como teríamos um futuro de parques, que na minha região conheço alguns poucos, mas conheço e sei que não seria, na minha visão, um resultado muito positivo.

É isso que eu queria deixar. Agradeço a vinda do senhor aqui. Obrigada presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria acrescentar na questão dos parques uma lei de minha autoria, que a Cidade Limpa. Todos pensam que é do prefeito, mas é de minha autoria. Eu estava vendo aqui um requerimento do deputado Celso Nascimento... A preocupação maior dele são os parques da cidade de São Paulo com essa nova legislação, principalmente o Parque Água Branca...

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Exatamente, e se isso não estaria de repente até desrespeitando essa lei que já tinha sido aprovada, e a poluição começasse a voltar, principalmente dentro dessa linha de propagandas. Como seria esse tipo de controle?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Em relação aos parques, só para completar minha fala inicial, quero saber qual é o papel do Instituto Semeia no processo de concessões? E qual a relação formal que tem com a Secretaria?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem, então passo a palavra ao secretário.

O SR. RICARDO SALES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Em primeiro lugar agradeço as perguntas, porque são todas muito pertinentes ao tema. Vou direto às respostas. Com relação àquelas apresentadas sobre o Semeia, deputado Turco. Não há nenhuma relação da secretaria com o Semeia, porque o Semeia, como tantas outras associações que nos procuram para colaborar é recebido na secretaria de portas abertas, ouvimos as sugestões deles, trocamos informações, eles nos trazem experiências internacionais e algumas em âmbito nacional, em especial das Cataratas em Foz do Iguaçu, do Zoológico do Rio de Janeiro, se não me engano... Enfim, mas não há com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente nenhuma relação formal ou acordo. Não há nada, nem um termo de cooperação entre a secretaria e o Semeia.

Com relação ao tema das concessões e a regulamentação da Lei de Concessões, quem está cuidando dessa parte, em termos gerais, porque é de todo governo é a Secretaria de Governo. Nossa parte como Secretaria de Estado de Meio Ambiente é elaborar e fornecer dados para a regulamentação desse tema pela Secretaria de Governo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Perdão, a Secretaria de Governo seria?

O SR. RICARDO SALES - O Saulo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Ok, só para sabermos a qual se dirigir em caso... Pois não.

O SR. RICARDO SALES - O assunto de registro, assim como as outras comunidades tradicionais e tudo mais são... Até quero verificar o porquê de ninguém ter comparecido, porque são temas tratados diariamente pela Fundação Florestal. Como tem comunidades tradicionais, quilombolas e todas essas dentro de unidades de conservação esse é um tema inescapável para a secretaria, e quero crer que na região de Registro não é exceção.

Aliás, estive lá outro dia no caso de Guape e estavam lá os representantes da fundação, que fazem interação com as comunidades que residem dentro das unidades de

conservação. Vou verificar exatamente o que passou em Registro e faço chegar ao conhecimento do seu gabinete sobre qual é a resposta oficial da secretaria.

Com relação às questões levantadas pelo deputado Celso. Farei uma diferenciação entre os parques urbanos Villa-Lobos, Portinari, Água Branca, Juventude, Belém, Guarapiranga, Chucre, Baronesa... Os parques urbanos são uma situação. As unidades de conservação administrados pela Fundação Florestal são outra situação, e a terceira são as áreas do Instituto Florestal. Muito bem.

Parques urbanos, qual é nossa ideia? Não haverá concessão em nenhuma área de parque urbano. A ideia é fazer a interação com o setor privado, através de termos de permissão de uso para atividades, serviços ou equipamentos específicos para um prazo pré-determinado, de tal sorte que possamos mensurar inclusive o resultado que está sendo atingido com essas iniciativas. Vou dar um exemplo, Parque Villa-Lobos. Nós fizemos um chamamento para 18 pontos de alimentação, os chamados food trucks, incluindo água de coco, sanduiches, sucos naturais, enfim, uma gama de serviços daqueles trailers.

Foi um sucesso. O Estado cobrou a permissão mensal para cada um desses carrinhos, houve uma disputa pelas áreas e os usuários do parque estão aprovando muito bem. Obviamente sempre tem uma crítica ou outra, a questão de gente que preferia não ter nada, enfim... Mas do ponto de vista geral, como nós administramos para a maioria e já há uma pesquisa de satisfação mostrando que a esmagadora maioria das pessoas aprovou o sistema de food trucks, ganhou todo mundo. Ganhou o setor privado que pode desenvolver suas atividades gerando emprego, renda e economia em um momento tão difícil como esse.

Em segundo lugar auferiu renda para a CPU - Coordenadoria dos Parques Urbanos, que recebe mensalmente por cada uma dessas permissões. Em terceiro lugar, uma melhoria da qualidade de serviço para o usuário do parque. Ele tem uma gama de opções de alimentação muito maior do que tinha com uma única lanchonete, que aliás não pagava aluguel e estava atrasada. Nós realmente demos um teste que deu muito certo.

Esse tipo de situação gostaríamos de replicar nos demais parques urbanos. É claro que a demanda do setor privado e do usuário é diferente de um parque para o outro, então é preciso adequar e haver uma sintonia e adequação caso a caso. Agora outros serviços que poderiam ser feitos é a parte de esportes. Tem aquelas academias ao ar livre, e a ideia é que um patrocinador faça a gestão da academia, dê aulas de personal e

de ginástica gratuitamente para o usuário, e nos remunera através da venda de espaço publicitário.

Aí entro na questão da Cidade Limpa, que é para as áreas comuns do município. Aquilo que está intramuros no parque à princípio não está regrado pelo Cidade Limpa, porém apesar de não ser o caso, nós estamos respeitando o regramento do Cidade Limpa e acumulando com esse critério, também a orientação de cada parque. Os parques têm seus conselhos, que têm sido ouvidos... Quer dizer, todos os projetos de patrocínio de áreas ou serviços, equipamentos nos parques são precedidos de apreciação e aprovação pelos conselhos gestores de cada parque.

É claro que há placas, senão não é propaganda. Quem vai pagar para não ter seu nome e marca lá? Mas é feito em absoluta harmonia com o espirito que perneia cada um dos parques que integram a CPU, até porque os parques são diferentes. Alguém colocou há pouco aqui a questão do Água Branca, que tem uma conformação, estrutura e finalidade. O Villa-Lobos e o Portinari têm outra. Até eles que são contidos são situações diferentes. O Água Branca é outra situação, o Juventude outra mais ainda... Então são situações distintas. Estamos tratando cada uma das situações de forma individualizada.

Com relação ao setor privado, deputada Célia, acho que aqui é de fato um desafio. Nós equilibrarmos o que o setor privado pode fazer em termos de aporte financeiro, aquilo que o Estado precisa arrecadar para manter o orçamento equilibrado e aquilo que a população aceita em termos de serviços para o setor privado explorar. Não vamos em parques urbanos fazer concessões, portanto não há cobrança de ingresso e nada disso. Isso não quer dizer que não haja atividades remuneradas dentro do parque.

Ontem recebemos uma oferta de uma empresa que quer colocar aqueles brinquedos de pula-pula, gangorra com a sua marca durante um período. Pode colocar, ele vai oferecer algo a mais para o parque. É melhor ter um serviço a mais cobrado, ou não ter nenhum? Então é uma questão de bom senso. Acho que os parques estão bem alinhados com essa questão.

A outra realidade são os parques da Fundação Florestal que são essas unidades de conservação pelo interior. A ideia é, através da concessão para exploração de ecoturismo, hospedagem, educação ambiental, enfim, todas as áreas ligadas ao turismo auferir renda para o parque, e mais... O objetivo é menos auferir renda, e sim permitir uma gestão pontual. Uma concessão que esteja administrando o parque tem mais condições in loco, porque tem o foco só naquele parque... Nós temos 90 áreas de

unidades de conservação para administrar. É claro que o foco fica disperso em 90 realidade diferentes. A partir do momento que se tem concessões pontuais, aquela concessão tem maior dedicação a área e, portanto, tende a ter um serviço muito melhor.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria acrescentar à pergunta do deputado Turco, porque participei de um evento da Semeia na última quinta-feira... Essa semana passada, que o secretário foi convidado, mas teve um problema no interior. Essa entidade junta empresários do Brasil inteiro e fomenta o turismo, a exploração de parques... Um evento que trouxe gente do mundo inteiro, interessante para aprender. Eles estão incentivando essa participação do capital nas áreas dos parques.

Em relação aos parques urbanos, citando o Água Branca, porque sou nascido ali na vizinhança... O secretário bem colocou que o parque foi criado por uma situação em relação à agropecuária, e não pode ser diferente. Ali tem associação de criadores de cavalos, gado, enfim... De fato tem um grupo gestor, um conselho dos parques. Mesmo o Villa-Lobos tem um conselho atuante. Acredito que nada possa acontecer, mas gostei da resposta do secretário que no sentido de que, com publicidade, mas dentro da linha do Cidade Limpa.

Mesmo o Cidade Limpa ele permite que na frente do imóvel, dois metros... Enfim, o que não dá é para ficar aquela poluição visual e não ter condições de você ver as árvores e pássaros, aquele sossego nos parques.

Mais algum deputado gostaria de se pronunciar? Com a palavra, deputado.

O SR. - Quero aqui agradecer a presença do secretário, que mais uma vez vem trazer ao nosso conhecimento o trabalho que está sendo realizado na secretaria. Nós temos visto um norte, principalmente nas questões de regramentos em nosso estado. Eu queria deixar a V. Exa. para levar ao conhecimento do órgão responsável que existe uma mobilização que deve se chegar nos próximos anos, de um milhão e meio de pessoas no estado de São Paulo, que busca um regramento específico para a questão da pesca.

Nós temos rios estaduais, temos a Bacia do Paraná com rios federais e estaduais em divisas. O estado de Goiás saiu na frente, ele deu um passo muito grande colocando a cota zero e proibindo a morte dos peixes, e deixando para os ribeirinhos a manutenção

de suas famílias, e proibindo o pescador amador de chegar no rio e dizer que o rio é de seu direito e pode levar tudo que quiser.

Nós sabemos que essa ação de Goiás, que veio da parte Legislativa e que hoje tem uma resolução definida naquele estado, e que é mais restritiva que a lei federal traz uma visão que o estado de São Paulo poderia ser o com maior atrativo turístico, pelo o que já existe no estado e no formato de pesca, como também das espécies que aqui são pescadas. O pescador sai daqui, vai até a Argentina para pescar e gasta oito mil reais para tirar fotos e filmar. Nós estamos ao contrário disso.

Nós temos o turvo com o berçário do dourado e da tabarana, a tabarana em lista de extinção, mas temos uma livre pesca de extração. Nós precisamos fazer um regramento. Goiás nos dá um norte, porque eles começaram definindo o que era ideal para o estado, que podia se pescar, mas que não exterminasse os peixes, que foi o tamanho mínimo e máximo, tendo como regra. Se tivéssemos hoje uma lei específica, porque infelizmente nosso Código de Pesca do Estado de São Paulo está muito ultrapassado... Ele fala de pesca esportiva como sendo pesca amadora, e não tem nada a ver. A pesca esportiva é fomento, são pessoas que investem, e a pesca amadora é apenas um divertimento da família ou alguém que vai ao rio, mas que muitas vezes não tem nenhuma cobrança de um questionamento federal. Nós temos uma cobrança específica para pesca embarcada e pesca de barranco. A maioria dos pescadores, por falta de fiscalização não o traz no estado de São Paulo.

Eu queria deixar para o senhor que hoje existe uma grande mobilização, e que vai culminar na mesa de V. Exa. o pedido de um novo regulamento, já que Goiás passou a nossa frente, e temos totais condições para isso. Quero deixar aqui nosso anseio, porque o dia que fizermos no estado de São Paulo uma regra para se pescar o mínimo e máximo, vamos tirar o arpão, a tarrafa e a rede, vamos tirar todos aqueles que não são ribeirinhos da água e que cuidam do meio ambiente, e que os amadores estão hoje destruindo.

Acho que é uma necessidade da Secretaria de Meio Ambiente se ater a isso, para dar condições para o turismo se efetivar em nosso estado, já que é um anseio do governador de São Paulo, e o turismo de pesca que está hoje dentro de uma legislação do turismo, poder ter vida e gerar muitos recursos para que possamos não abastecer nosso estado com novas frentes de emprego, mas fazer com que o turismo seja reconhecido, principalmente o de pesca e pesca esportiva em nosso estado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV – Sr. secretário, falando em pesca não podíamos deixar de ouvir o deputado Itamar Borges. Então antes de responder eu gostaria de passar a palavra para ele.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB – Obrigado, presidente. Quero cumprimenta-lo por mais esse momento do cumprimento da Constituição e dessa oportunidade de dialogar com nosso secretário de Meio Ambiente, saudando nossos colegas da Comissão. Também não posso deixar de saudar o sempre deputado Ricardo Montouro, aqui presente.

Peço desculpas porque estava em outro compromisso e não consegui chegar a tempo, mas não podia deixar de passar para cumprimenta-lo.

Não posso falar sobre sua apresentação, mas posso falar sobre a convivência que tenho tido desde o dia que entrou na secretaria e o que tenho acompanhado. Registro o reconhecimento pela dinâmica e competência, pela preocupação e pela liderança, e assim extensivo a toda a sua equipe da secretaria, da Cetesb, dos institutos... Não só poderia citar o exemplo, e o presidente Roberto Tripoli acabou citando a questão da piscicultura e agricultura, que foi um trabalho fantástico que um secretário liderou ao lado do Arnaldo Jardim e as equipes das duas secretarias, e depois uma finalização com todo o setor contribuindo, e que dará uma nova dinâmica para o setor do estado de São Paulo, porque cuidou da questão ambiental, tomou todos os cuidados do cumprimento da legislação, mas criou mecanismos de agilização de possibilitar o licenciamento dessa atividade, e o crescimento no estado de São Paulo, e segurar muitas estavam indo embora para outros estados e graças a essa iniciativa, o secretário liderou muito bem.

Cito esse exemplo para citar tantos outros. Já tivemos outros momentos em que participamos de outros temas que conversamos, e o secretário sempre foi muito presente, aqui inclusive nessa Comissão. O deputado e presidente Roberto Tripoli trouxe o secretário, que trouxe esse diálogo aberto, a Frente Parlamentar coordenada pelo deputado Sebastião Santos e tantos outros momentos... Sei que o secretário volta ainda essa semana na Casa, me parece que para o encontro da Frente Parlamentar Ambientalista.

São alguns momentos e esse diálogo é muito importante. Quero me restringir a isso. Tenho certeza que seu balanço, que pese pouco tempo de possibilidade de trabalho já apresentou um avanço importante. Mais do que isso, quero não só manifestar o apoio, mas reafirmar a convicção de que esse caminho que toma no sentido de conduzir a

Secretaria de Meio Ambiente ouvindo, dialogando, sentando com o setor e conduzindo com a equipe vai realmente contribuir cada vez mais para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente no estado de São Paulo.

Parabéns e obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Eu gostaria de saber se tem mais alguém querendo fazer pergunta? Roberto Massafera, e depois o deputado Turco.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Cumprimentar o secretário Ricardo Sales por sua apresentação. Apenas fazer alguns comentários rápidos e depois faço uma pergunta.

Nossa legislação ambiental é bem evoluída, nós temos até problemas em cumprir as normais federais, estaduais e municipais. Temos tido um pouco de superposição de efeito nas normas federais em relação ao estado, e estaduais em relação aos municípios. O senhor estava falando sua exposição e para mim fica muito claro que temos hoje no planejamento ambiental certas normas que são, vamos chamar no município 90% da área desse município rural, e 10% urbana. A Constituição é clara em dizer que a área urbana do município cabe ao município legislar, cabe em todas as questões compatíveis e previstas no Plano Diretor do Município, e não é o que tem acontecido.

Eu fiquei surpreso com uma notícia no jornal de que uma área contaminada, onde foi construída uma penitenciária pelo estado, o governo do estado foi multar. Normalmente, pelo o que sei, uma empresa ou construtora para fazer uma obra tira as licenças. Se esse solo estava contaminado, antes de iniciar a obra já deveria ter sido advertido e tomado as providências de substituir esse solo para depois fazer a obra. Mas depois de pronta a obra multar o próprio Estado julguei uma coisa um pouco fora de sentido. A Cetesb foi multar o Estado por ter feito uma obra dentro do perímetro urbano que ele autorizou... É uma contradição que eu vejo de superposição de poder.

Como engenheiro há três mandatos já, estive acompanhando pelos jornais e vi muitos acidentes em parques urbanos; parques infantis, da prefeitura... Até acidentes com crianças. Inventei um Projeto de Lei obrigando que todo parque público tivesse uma vistoria no laudo do engenheiro... Nessa vistoria o engenheiro diria que está em segurança. Quer dizer, se eu tivesse um acidente naquele parque a responsabilidade seria dele, e não da prefeitura ou do próprio Estado.

Esse meu projeto foi aprovado nessa Casa e vetado pelo governador, dizendo que esse tipo de coisa é uma obrigação do município e não do Estado, que não poderia intervir em um município. Na medida em que falamos dessas praças, que pertencem ao Estado, no momento em que você discute isso é uma coisa que para mim fica meio perdido. Quem vai cuidar disso? Quem vai fazer a fiscalização efetiva numa gangorra, se ela quebrar, e quem será multado por isso? É interessante, mas vai subindo para nós.

Outra coisa interessante é que se a Secretaria do Meio Ambiente cuida do meio ambiente, e temos aquele projeto Água Limpa, que é feito pela Sabesp... O governador tem dado verbas para que todos os municípios no estado de São Paulo com até 50 mil habitantes tenham sua estação de tratamento de esgoto. Isso também fecha no projeto dos pescadores à medida em que você tem uma cidade com dez, 20, 30 ou 40 mil habitantes jogando seu esgoto no rio, isso polui e mata os peixes.

Há programação para a continuidade desse projeto?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Passarei a palavra ao deputado Turco, e acho que encerramos por aí e o secretário responde. Nós ainda temos o Plenário... Só para lembrar os senhores, foi suspenso e será reaberto às 16 horas.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Antes da minha questão quero registrar a presença do vereador Carlos Leite, da cidade de Sorocaba.

O deputado Massafera tocou em uma questão que é exatamente o que eu ia falar sobre áreas contaminadas. Acho que é um tema extremamente importante para nossa Secretaria do Meio Ambiente. A Assembleia aprovou em julho de 2009 um Projeto de Lei que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para proteção e qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.

O decreto do governador regulamentando a lei foi publicado quatro anos depois, em julho de 2013. Eu queria saber qual é a situação hoje do Fundo Estadual para prevenção e remediação das áreas contaminadas? Quanto tem em caixa? Está financiando projetos? Os recursos destinados ao fundo, em especial aqueles oriundos de compensação ambiental e multas tiveram qual destinação? Só mais uma. O Art. 51 do Decreto 59263 dispõe que nas áreas contaminadas, cujo responsável legal não seja identificado ou não tenha implementado as ações necessárias à reabilitação das mesmas, a Cetesb poderá executá-las, podendo para tanto pleitear o recurso do fundo. A Cetesb

já está atuando na descontaminação de alguma área? Quais os critérios que ela utiliza para estabelecer essas prioridades?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Passo a palavra ao secretário de Estado.

O SR. RICARDO SALES - Em primeiro lugar agradeço as perguntas e a colocação do deputado Itamar Borges, e a ajuda que nos deu junto ao deputado Sebastião Santos, na questão da aquicultura. Sem a importante ajuda dos deputados não teríamos chegado a um resultado tão bom, então meu agradecimento.

Com relação à pesca esportiva, acho que é um assunto superimportante. Envolve saneamento e hábito; envolve a atuação da sociedade. Quando o incentivo está errado a resposta da sociedade, em geral, é errada também. Acho que podemos ter uma norma equilibrada, mas com foco. Vou analisar esse exemplo de Goiás, mas gostaria de fazê-lo em parceria com o secretário de Estado do Turismo, porque acho que de fato é uma atividade de meio ambiente, mas também tem um apelo muito importante para turismo, além do desenvolvimento econômico.

Poderíamos fazer um trabalho de várias frentes conjuntas aqui na Assembleia, o deputado Sebastião colocou bem e eu gostaria de contar... Se puder pedir ao Marquinhos para nos ajudar nesse assunto também... Secretaria do Turismo, Secretaria da Agricultura e Secretaria do Meio Ambiente. Juntar esse expertise e conhecimento dos grupos e tentar fazer aqui também um regramento que desenvolva, promova e ajude a recuperação dos rios e a geração de renda com o viés do turismo também, uma vez que a atividade de produção pesqueira já está bem endereçada no decreto da aquicultura.

Pois bem, com relação aos temas levantados pelo deputado Massafera, acho que cabe alguns esclarecimentos importantes. Primeiro que a legislação de meio ambiente, assim como toda a legislação em qualquer assunto evolui. O conhecimento e o estado da arte evoluem. Várias obras, e não me refiro só a essa do CDP, quando foram autorizadas pelo poder público no passado, sequer havia o conhecimento técnico suficiente para a identificação de passivos ambientais, dentre eles a parte de gases no subsolo - o gás metano, que é a discussão que se faz no Centro de Detenção Provisória.

Assim como nesse caso, diversas outras áreas foram identificadas a posteriori como tendo risco de concentração em produção de metano. Em geral, são áreas que foram aterro, e o mesmo gera gás. Esse gás quando está embaixo de uma área coberta,

cimentado e impermeabilizado fica à distrito daquele local e tem risco de explosão. Então o que se fez ali, do que sei do processo da Cetesb... Eu não li o processo inteiro, tem um relatório comigo lá e não é da minha época. As multas que o deputado se refere foram lavradas no início do ano, e agora foi uma notificação para resposta, mas por mero decurso de prazo. Não é uma nova autuação.

A questão ali é que fizeram a investigação no entorno e ele tinha gás. Fizemos procedimentos de remediação do entorno, e por analogia e interpretação extensiva, se tem no entorno, há risco de ter no Centro de Detenção também. A secretaria de administração penitenciária, até onde sei iniciou o procedimento para licitar o serviço investigatório, que é uma empresa privada que faz, não é a Cetesb - ela só analisa o resultado, aprova ou desaprova e recomenda ou não medidas corretivas e preventivas. A informação que temos é que a SAP já iniciou o procedimento para a investigação in loco, mas como não havia uma indicação de gravidade do caso isso não impedia que isso se desenvolvesse nas atividades na unidade.

Agora, e entro um pouco no tema do conflito da legislação municipal, estadual e federal que de fato há um problema de ordenamento jurídico no país. As definições das competências não é claro, as competências em muitos casos são concorrentes, quando não cumulativas. O município tem prerrogativa de legislar sobre ocupação e uso do solo, mas com uma série de peças legislativas supervenientes, inclusive de âmbito federal atribuem ao Estado e a federação, dependendo do âmbito do tipo de atividade da magnitude da área, enfim, características específicas atividade concorrente ou complementar.

Nos casos de licenciamento municipal, depois que houve a municipalização de licenciamentos de baixo impacto, diminuiu-se o conflito, mas de médio e alto impacto continuou sendo licenciados por autoridade estadual, no nosso caso a Cetesb. Não é uma questão de conflito, mas de complementariedade. Há diversos temas que precisariam ser readequados a luz dessa competência cumulativa e concorrente, porém como são iniciativas legislativas distintas, quer dizer, norma municipal, estadual e federal, a organização desse arcabouço legislativo não é tão fácil.

Cito nosso caso que discutimos do Cerrado, por exemplo. A lei de Cerrado é uma lei estadual, a norma que impõe a compensação e tudo mais. A lei de ocupação e uso do solo no município é municipal, mas quando se trata de um bioma protegido e está de forma estadual, a competência é derrogada para o Estado. É de fato uma situação conflituosa. O que precisa fazer nesses casos? Identificar os pontos de conflito de

legislações nos três níveis e a Secretaria de Estado ajudar a compor uma norma regulatória em que todos os entes, município, Estado e União concordem com o regramento que está ali, de cada um na sua esfera de competência se complementarem de forma harmônica.

Em muitos casos há um regramento totalmente desarmonizado, como por exemplo a norma que Ifam indicou no final de 2015, que obrigou uma série de licenciamentos a serem precedidos de uma aprovação, de um laudo conclusivo positivo do Ifam estadual, para só então tramitarem nos órgãos de licenciamento estaduais. No caso de São Paulo nós tínhamos até o mês passado, conseguimos resolver de uma forma administrativa 284 loteamentos imobiliários iniciados em janeiro de 2016, em plena crise precisando produzir emprego e gerar oportunidades... 289 ou 284 loteamentos parados porque não tinham o laudo conclusivo do Ifam, que para analisar esses pedidos no estado de São Paulo dispõe de quatro funcionários. Não vai fazer, não adianta.

Qual foi a forma que encontramos? Foi criar dentro da Cetesb, e em parceria com a Secretaria de Habitação um regramento administrativo que permitisse avançar, e em paralelo também achar uma solução funcional, que era um convênio entre o Estado e o Ifam federal para que cedêssemos funcionários para desaguar um pouco daquele serviço represado. Não temos obrigação nenhuma de ajudar, mas quem perde é o próprio Estado de São Paulo. Então achamos por via transversa uma forma adequada de melhorar.

Por fim, com relação ao fundo de áreas contaminadas. O decreto determinou que essa questão fosse regulamentada por norma da Cetesb, e essa norma foi sendo elaborada e lapidada com os diversos órgãos que integram o sistema ambiental, e de outras secretarias de Estado, e está na eminência de ser publicada uma decisão de diretoria, que é bastante completa e complexa regulamentando toda essa atividade, inclusive preventiva de identificação e correção de áreas de risco e contaminadas no estado de São Paulo.

Há uma necessidade de priorizar, então quais são os tipos de ocupação? Quais são os tipos de atividades? Quais são os tipos de poluentes que são objeto de análise em primeiro plano? E hierarquizar um pouco as atividades, porque não dá para fazer... São 115 mil áreas supostamente contaminadas no estado, ou com potencial de contaminarem. É um exercício de probabilidade, a secretaria não tem condições de exaurir essa demanda de uma hora para outra. Então é necessário hierarquizar, provavelmente um critério de analisar primeiro áreas que estão em atividade, e depois

com contaminantes mais perigosos, para só então passar para áreas inativas e de contaminantes com menor grau de risco.

Por consequência, o fundo também não foi regulamentado, porque ele dependia dessa decisão, e a partir de então haverá o recolhimento de recursos para esse fundo de áreas contaminadas, que não houve ainda. Eu tenho a impressão, e aí uma questão para ser vista de forma mais detalhada e calma... Tenho dúvidas sobre a capacidade da Cetesb, não técnica, mas operacional de conduzir processos de remediação. Tenho a impressão de que isso é uma tarefa para o poder privado fazer, assim como é no mundo inteiro.

Os órgãos regulatórios dão o deadline, a orientação do que deve ser feito. A atividade de remediação é feita pelo privado que detém a área, quer ser seja ele que está em operação ou que comprou uma área com o passivo. Não há área sem dono, inclusive as áreas que supostamente não se consegue identificar quem são os proprietários, essa área vai parar em algum lugar, ou na massa falida de uma empresa, ou é recolhida para a fazenda do Estado, enfim... Não existe área totalmente sem dono, é uma questão de estabilidade jurídica.

Eu entendo que esse recurso, ainda que disponível, está mais para capacitar e permitir uma maior identificação dos riscos em menor espaço de tempo, mas quero crer que não é a melhor opção transferir para o Estado, por meio da Cetesb, a obrigação de realizar a remediação. Enfim, como não é o tema do momento, e ela sequer foi decidida pela diretoria, acho que oportunamente podemos analisar o tema com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem, eu queria agradecer o secretário e informar aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas aqui presentes que a próxima reunião será no dia primeiro de dezembro, às nove horas da manhã no Auditório Paulo Kobayashi, reunião conjunta com a Subcomissão de Resíduos Sólidos. A Frente Parlamentar Ambientalista abre debates para discutir a política estadual de resíduos sólidos, com a presença, acredito, do Sr. secretário Ricardo Sales também, e nossa Comissão.

Quero agradecer a participação de todos os Srs. Deputados, agradecer a participação do secretário. Me desculpe alguma falha, porque é a primeira vez que o secretário vem aqui em relação ao Art. 52 A, e é a primeira vez que presido a reunião com ele. É um privilégio é estar com o senhor. Mais uma vez agradeço os deputados e o

secretário. Não esqueçam da próxima reunião às nove horas da manhã. Muito obrigado a todos, tenham uma boa tarde.

* * *